

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- NOÇÕES DE DIREITO --

Questão 1

De acordo com a Constituição do Estado de Pernambuco, integram a Secretaria de Estado responsável pela defesa social

- Ⓐ a Polícia Penal, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar.
- Ⓑ a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar.
- Ⓒ a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Penal.
- Ⓓ a Polícia Penal, a Polícia Civil e a Polícia Militar.
- Ⓔ a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Penal.

Questão 2

Três policiais civis do estado de Pernambuco respondem a processo disciplinar por razões diferentes, não constituindo nenhuma delas caso de reincidência: Pedro, por ter exercido, cumulativamente, duas funções públicas, sem resguardo das exceções previstas em lei; Lucas, por ter praticado ato que concorreu para comprometer a dignidade da função policial; e Marcos, por ter participado de manifestações de desprezo a autoridade estadual.

Nessa situação hipotética, conforme disposto na Lei n.º 6.425/1972, a pena de suspensão de até trinta dias é aplicável a

- Ⓐ Lucas e Marcos, somente.
- Ⓑ Marcos, somente.
- Ⓒ Lucas, somente.
- Ⓓ Pedro, Lucas e Marcos.
- Ⓔ Pedro e Lucas, somente.

Questão 3

Quatro funcionários públicos civis do estado de Pernambuco encontram-se nas seguintes situações: Frederico exerce mandato eletivo municipal; João está em gozo de licença para tratar de interesse particular; Sandro está à disposição de determinada entidade da administração direta do estado de Pernambuco, para exercer cargo de chefia; e Ana está licenciada para acompanhar seu cônjuge, que é funcionário civil e foi mandado servir em outro ponto do território nacional.

Considerando essa situação hipotética e as disposições da Lei n.º 6.123/1968, assinale a opção que apresenta o(s) funcionário(s) que estará(ão) impedido(s) de ser(em) promovido(s) por merecimento enquanto estiver(em) nessas condições.

- Ⓐ Sandro, Frederico e Ana, somente
- Ⓑ Ana e João, somente
- Ⓒ João e Sandro, somente
- Ⓓ Frederico, João e Ana, somente
- Ⓔ Frederico, João, Sandro e Ana

Questão 4

De acordo com a Lei Complementar n.º 137/2008, o conjunto de classes e faixas salariais sequenciadas, estruturadas segundo a formação, habilitação, titulação ou qualificação profissional com respectivos valores nominais de vencimento base, denomina-se

- Ⓐ faixa.
- Ⓑ grade.
- Ⓒ matriz.
- Ⓓ grupo ocupacional.
- Ⓔ nível.

Questão 5

Segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), a edição de normas de organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis é competência legislativa

- Ⓐ concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, apenas.
- Ⓑ privativa dos estados e do Distrito Federal.
- Ⓒ concorrente da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- Ⓓ concorrente dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, apenas.
- Ⓔ privativa da União.

Questão 6

Conforme a CF, o controle externo da atividade policial será exercido pelo

- Ⓐ Ministério Público, na forma disciplinada em lei complementar.
- Ⓑ Poder Executivo, na forma disciplinada em lei ordinária.
- Ⓒ Ministério Público, na forma disciplinada em lei ordinária.
- Ⓓ Poder Executivo, na forma disciplinada em lei complementar.
- Ⓔ Poder Judiciário, na forma disciplinada em lei ordinária.

Questão 7

De acordo com a Constituição do Estado de Pernambuco, incumbe privativamente à Polícia Civil (PC), entre outras atribuições e ressalvada a competência da União,

- Ⓐ exercer as funções de polícia judiciária e executar as atividades técnicas e científicas de realização de identificação civil e criminal, cabendo a direção da PC a delegado de polícia que esteja no cargo há, pelo menos, dez anos.
- Ⓑ apurar atos infracionais praticados por menores, cabendo a direção da PC a delegado de polícia que esteja no cargo há, pelo menos, cinco anos.
- Ⓒ executar atividades técnicas e científicas de realização de perícia criminais, cabendo a direção da PC a delegado de polícia que esteja no cargo há, pelo menos, dez anos.
- Ⓓ apurar infrações penais, inclusive as militares, cabendo a direção da PC a delegado de polícia que esteja no cargo há, pelo menos, cinco anos.
- Ⓔ apurar infrações penais, exceto as militares, cabendo a direção da PC a delegado de polícia que ocupe o último nível da carreira.

Questão 8

Acerca dos poderes da administração pública e dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ O poder de polícia da administração pública consiste na possibilidade de condicionar, restringir, frenar o exercício de atividade, o uso e o gozo de bens e direitos pelos particulares, em nome do interesse da coletividade.
- Ⓑ O ato administrativo goza de presunção absoluta de legitimidade.
- Ⓒ O ato administrativo discricionário depende da conveniência e oportunidade do órgão público, razão pela qual está imune ao controle do Poder Judiciário.
- Ⓓ O poder hierárquico da administração pública pode ser definido como o poder de punir as infrações funcionais dos servidores e demais indivíduos que estejam sujeitos à disciplina de órgãos públicos.
- Ⓔ O poder regulamentar da administração pública consiste na possibilidade de expedição de atos normativos, ainda que primários, desde que não sejam contrários à lei.

Questão 9

No que se refere aos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Devido ao princípio da supremacia do interesse público, não há aplicação do princípio da segurança jurídica na administração pública.
- Ⓑ O princípio da proporcionalidade impõe à administração pública permanente adequação entre os meios e os fins, de forma a evitar medidas abusivas.
- Ⓒ Os princípios explícitos guardam supremacia sobre os princípios implícitos, mesmo que ambos decorram da Constituição Federal.
- Ⓓ De acordo com o princípio constitucional da publicidade, todo ato da administração pública deve ser divulgado, não havendo exceção, em decorrência de seu dever de transparência.
- Ⓔ O princípio da legalidade na administração pública é aplicado de forma que esta somente pode praticar ato previsto em lei aprovada pelo Congresso Nacional.

Questão 10

A responsabilidade civil de concessionária de transporte rodoviário no exercício do serviço público é

- Ⓐ objetiva, fundada no risco integral, devendo-se demonstrar apenas o resultado.
- Ⓑ objetiva, fundada no risco integral, devendo-se demonstrar a ação, o resultado e o nexo de causalidade.
- Ⓒ objetiva, fundada no risco do negócio, devendo-se demonstrar a ação, o resultado e o nexo de causalidade.
- Ⓓ subjetiva, devendo-se demonstrar a ação, o resultado e o nexo causal, além do dolo ou da culpa.
- Ⓔ objetiva, fundada no risco administrativo, devendo-se demonstrar a ação, o resultado e o nexo de causalidade.

Questão 11

Durante uma investigação conduzida pela polícia civil, um cidadão foi detido e conduzido à delegacia para prestar esclarecimentos sobre sua suposta participação em um crime. Ao chegar à delegacia, o cidadão manifestou o desejo de consultar seu advogado antes de prestar qualquer declaração. O policial civil, porém, se recusou a permitir o acesso imediato do suspeito ao advogado, alegando a necessidade de esclarecimentos urgentes.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta com base na Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre abuso de autoridade.

- Ⓐ O cidadão só tem o direito de consultar seu advogado após a formalização de um processo judicial.
- Ⓑ A recusa do policial civil em permitir o contato do suspeito com advogado configura crime descrito na referida lei.
- Ⓒ A citada lei pune apenas como infração administrativa a conduta do policial civil de impedir o acesso do investigado ao seu defensor.
- Ⓓ O policial civil pode permitir o contato do suspeito com advogado, desde que tenha autorização judicial específica.
- Ⓔ O policial civil agiu corretamente, pois a referida lei não garante ao suspeito o direito imediato de acesso a advogado durante a fase de investigação.

Questão 12

Sônia cometeu crime de furto em julho de 2023. Em agosto do mesmo ano, uma nova lei penal foi promulgada, aumentando a pena para esse delito.

A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção correta conforme o princípio da irretroatividade da lei penal.

- Ⓐ A nova lei penal pode ser aplicada retroativamente a Sônia, desde que ela não tenha sido julgada até a data de promulgação da lei.
- Ⓑ Sônia só poderia ser submetida à pena estabelecida na nova lei se houvesse cometido crime grave.
- Ⓒ Aplica-se a Sônia a nova lei penal, mais gravosa.
- Ⓓ O citado princípio só se aplica a casos já sentenciados, não influenciando processos em andamento, exceto quando a nova lei for mais benéfica ao réu.
- Ⓔ A nova lei penal não se aplica a Sônia, pois o citado princípio impede a retroatividade da legislação penal mais gravosa.

Questão 13

Durante sua estadia nos Estados Unidos da América, Caroline, brasileira, foi acusada de conduta tipificada como crime tanto na legislação estadunidense quanto na legislação brasileira.

Considerando a situação hipotética anterior e a legislação brasileira referente à extraterritorialidade da lei penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ A extraterritorialidade da lei penal brasileira só se aplica a crimes cometidos por estrangeiros no exterior.
- Ⓑ Para que Caroline possa ser processada no Brasil, basta que haja acordo de extradição entre o Brasil e os Estados Unidos da América.
- Ⓒ A extraterritorialidade da lei penal brasileira só se aplica a crimes imprescritíveis e inafiançáveis.
- Ⓓ Caroline poderá ser processada no Brasil, independentemente do interesse dos Estados Unidos da América.
- Ⓔ A extraterritorialidade da lei penal brasileira não se aplica à situação em apreço.

Questão 14

Durante uma reestruturação em determinada empresa, Diana, descontente com as atitudes de Bruno, seu colega de trabalho que exerce cargo de chefia, o chantageou para obter vantagens pessoais no trabalho. Diana, mediante grave ameaça, afirmou que divulgaria informações confidenciais sobre a vida pessoal de Bruno caso ele não lhe concedesse um cargo mais elevado na empresa.

Nessa situação hipotética, Diana praticou o crime de

- A extorsão comum.
- B extorsão mediante sequestro.
- C extorsão tentada.
- D extorsão privilegiada por motivo de vingança.
- E extorsão qualificada pelo meio grave de ameaça.

Questão 15

A luz do Estatuto do Desarmamento, assinale a opção correta.

- A Aos integrantes das guardas municipais dos municípios que integram regiões metropolitanas é autorizado o porte de arma de fogo mesmo fora de serviço.
- B A guarda de arma desmuniada, ainda que em desacordo com determinação legal ou regulamentar, não constitui crime.
- C O certificado de registro de arma de fogo autoriza seu proprietário a manter a arma no seu local de trabalho, desde que seja ele o responsável legal pela empresa.
- D As armas de fogo de uso restrito serão registradas no Ministério da Justiça.
- E Disparo de arma de fogo é crime comum punível com pena de detenção de 1 a 2 anos.

Questão 16

Entre outras atribuições estabelecidas no Código de Processo Penal (CPP), compete ao juiz das garantias

- A julgar *habeas corpus* impetrado depois do oferecimento da denúncia.
- B decidir sobre a homologação de acordo de não persecução penal ou os de colaboração premiada, quando formalizados no curso da ação penal.
- C decidir sobre o requerimento de medidas cautelares, exceto prisão.
- D zelar pela observância dos direitos do preso, desde que a ordem de prisão seja proferida no curso da ação penal.
- E ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal.

Questão 17

Em relação ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- A Para verificar a possibilidade de a infração haver sido praticada de determinado modo, a autoridade policial só poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública, após autorização judicial.
- B Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas.
- C O inquérito não poderá ser iniciado sem representação nos casos de crimes em que a cabível ação pública depender de representação.
- D O inquérito é procedimento indispensável para o oferecimento da denúncia.
- E Nos casos de crimes processados mediante ação penal privada, a autoridade policial somente poderá proceder ao inquérito por requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la ou do Ministério Público.

Questão 18

Acerca da prova no processo penal, assinale a opção correta.

- A O interrogatório dos investigados por um mesmo fato deverá ser tomado em conjunto.
- B Não terá efeito a confissão feita pelo investigado fora do interrogatório.
- C É vedada a nomeação de defensor ao investigado em inquérito policial, haja vista o caráter inquisitivo do procedimento.
- D Se o juiz, ao pronunciar sentença final, reconhecer que alguma testemunha fez afirmação falsa, ele deverá, desde logo, condená-la por falso testemunho.
- E A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

Questão 19

José praticou crime punido com pena de 1 a 2 anos de detenção. Maria cometeu contravenção penal punida com pena de prisão simples de 6 meses a 2 anos. Antônio incorreu em crime punido com pena de 6 meses a 3 anos de detenção.

Na situação hipotética precedente, compete ao juizado especial criminal processar e julgar

- A José e Maria, apenas.
- B Maria e Antônio, apenas.
- C José, apenas.
- D José, Maria e Antônio.
- E Maria, apenas.

Questão 20

Com base nas disposições constitucionais referentes ao processo penal, assinale a opção correta.

- A São imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os crimes definidos como hediondos.
- B São princípios constitucionais do tribunal do júri a plenitude de defesa, a publicidade das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- C Às presidiárias que sejam mães de recém-nascidos serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, salvo as condenadas por crimes praticados com violência.
- D No caso de crime político praticado por estrangeiro, autoriza-se a concessão de extradição.
- E Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.